



»»» Continuação

MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA

Stress Test: Análise de cenários, aplica-se às variações de taxas e preços de dados anteriormente fixadas nas posições atuais. Os resultados são uma informação complementar sobre a perda potencial da carteira da instituição para os casos de rupturas de mercado, nas quais o modelo padrão de VaR não é um bom preditor. Backtesting: Validação do modelo de risco da Companhia. Deixa a gestão do risco de mercado máxima esperada de 1 dia com o nível de confiança especificado, caso as posições permaneçam inalteradas, é essencial calcular os ganhos/perdas incorridos usando a mesma hipótese de mercado da Companhia. O risco residual da carteira é divergente do VaR estimado. A comparação da frequência de perdas que excedem o VaR com o nível de confiança adotado dá uma indicação da precisão do modelo de VaR. As métricas utilizadas para avaliar o desempenho dos riscos são: sumários, de forma a gerenciar as posições, de acordo com suas características, mantendo-as compatíveis com o apetite à risco, conforme as características dos negócios e das carteiras operadas. Cabe ao Banco Cooperativo Sirede (responsável pela gestão dos ativos financeiros da Companhia) 1. Definir a gestão do risco de mercado e de mediação de performance para os Fundos e Aplicações; 2. Fornecer os preços e taxas de operações marcadas dos Fundos, conforme regras pré-estabelecidas; 3. Avaliar e definir os limites de cada carteira; 4. Apresentar e atualizar diariamente os limites de cada fundo, se certificando do seu enquadramento legal; 5. Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia; 5.4. Análise Qualitativa: Objetivos, políticas e processos de gestão de riscos: A Entidade atua junto ao mercado com os seguintes planos de previdência complementar:

Table with columns: Nº de Proc. SUSEP, Tipo, Planos / Regimes Financeiros. Rows include Pensão de Política Militar / Repart. de Cap. de Cobertura, Pensão por Morte de Associado - PPM / Capitalização, etc.

» B = plano Bloqueado (não permitida a comercialização) e N = plano Novo (comercialização ou não).
O modelo de negócio da Entidade busca atender a sociedade de modo geral, todavia direciona suas estratégias de mercado mais especificamente a classe de funcionários públicos vinculados à Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, objetivo maior de sua existência. Seus produtos são avaliados anualmente e tem apresentado taxas de sinistralidade satisfatórias e uniformes ao longo do tempo, extras das relação entre benefícios pagos e contribuições arrecadadas, as quais se situaram em 51,4% e 47,1%, considerando o ano de 2014 e de 2013, respectivamente. As áreas técnica, atuarial, de subscrição e de regulação são as responsáveis em auxiliar na identificação, monitoramento e mitigação dos riscos de subscrição, cujas políticas são definidas pela sua diretoria. A Entidade define risco como sendo aquele transferido por qualquer contrato onde haja incerteza quanto à ocorrência de um evento gerador do benefício futuro, bem como onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante de um evento. Importante divulgar que o principal risco inerente aos seus contratos está adstrito à probabilidade de morte dos participantes, e segundo o entendimento técnico de sua administração, o ajustamento nestes variáveis, que envolve os pagamentos dos respectivos benefícios e/ou a geração das provisões garantidoras, onde reside a possibilidade de se exceder ao valor contábil dos passivos atuariais, quando consideradas situações específicas, como, por exemplo, os benefícios oriundos de demandas judiciais em curso. A Entidade mantém em seu portfólio de ativos, principalmente no que tange aos aspectos de controles internos, e vem procurando monitorar a sua equipe de vendas, a fim de manter seu desempenho junto ao mercado. 5.5. Análise Quantitativa: Os planos e regimes de previdência complementar são sua operação praticamente fixada nos planos de previdência, os quais concentram seus riscos com maior ênfase, detendo um número consistente de participantes ativos em seu portfólio. Os planos atualmente em comercialização são o Pecúlio Série 03RS, estruturado no regime de Repartição Simples - AC / Capitalização, estruturado no regime de Capitalização, pois os planos de Pecúlio Série 01RS e 02RS deixaram de ser comercializados a partir do 2º semestre de 2014, mantendo-se a carteira com os contribuintes em atividade. Da mesma forma, a Entidade não vem mais comercializando planos de renda por morte em invalidez, nem planos de sobrevivência, em vista do alto custo que os envolve, entretanto estes tipos de plano, conforme sua característica, permanecem sendo administrados em sua carteira. 5.5.2. Concentração de Risco: Análise de Sinistralidade: Em função da natureza quantitativa da emissão em relação ao ano de 2014, podem-se segregor os riscos atuais da seguinte forma: Os planos de pecúlio representam juntos 97,4% da emissão total de contribuições da Entidade, sendo 53,2% referentes aos Pecúlios 01RS, 02RS e 03RS; 43,5% referentes aos planos Flexi/CAP e o restante de 0,7% aos demais. Já o plano de renda (pensão, aposentadoria e invalidez - não comercializados) concentram apenas 2,6% desta receita, o que se considera também residual frente ao contexto. Considerando-se o quantitativo de participantes ativos em relação ao ano de 2014, o quadro com mais de 27 mil participantes ativos, sendo que apenas 333 destes possuem planos de renda, situação tida como positiva tecnicamente e que confirma a concentração em Pecúlio. Os valores das contribuições emitidas estão assim compostos: Por R\$ 1,00

Table with columns: Planos - Cobertura, Contribuições Ano de 2014, Contribuições Ano de 2013. Rows include Planos de Pecúlio/RS, Planos de Pecúlio/CA, Planos de Pensão/CAP, etc.

Table with columns: Regiões de Risco, Contribuições, Concentração de Risco, Benefícios Pagos, Resgates Pagos. Rows include Região 2 PI, MA, CE, Região 3 PE, RN, PB, AL, etc.

Diante dos números apresentados, denota-se que a Região Sul (8) concentrou 75% da emissão, seguida pela Região (6) com 8%, Região (5) com 6% e Região (3) com 4%, ficando 7% distribuído entre as demais regiões. Em função do efeito de comparação com o mesmo período do ano anterior, apresenta-se também a concentração dos riscos do ano de 2013, agrupados e distribuídos da mesma forma que divulgação acima. Por R\$ 1,00

Table with columns: Regiões de Risco, Contribuições, Concentração de Risco, Benefícios Pagos, Resgates Pagos. Rows include Região 2 PI, MA, CE, Região 3 PE, RN, PB, AL, etc.

No ano de 2013, denota-se que a Região Sul (8) concentrou 73% da emissão, seguida pela Região (6) com 9%, Região (5) com 7% e Região (3) com 4%, ficando 7% distribuído entre as demais regiões. No comparativo entre os anos de 2014 e 2013, verifica-se que a concentração de riscos, em relação a sua distribuição por região, permanece com o mesmo perfil, estando na Região Sul (8), local de sua sede, a maior fatia de sua emissão. Análise de Sensibilidade: A Entidade utiliza as seguintes premissas atuariais para seus planos: - Base de dados composta por informações referentes aos seus livros oficiais, registros internos e/ou dados estatísticos do FIP, observando-se os contratos em vigor e os dados assumidos na data base; - Utilização de Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação; - Observação da sinistralidade estatística e avaliação atuarial do seu equilíbrio. Como o objetivo de analisarmos a sensibilidade nos resultados da Entidade, frente à oscilação em algum de seus parâmetros técnicos, optou-se por estudar a rubrica de sinistralidade, a qual demonstrou um acréscimo de 9,1% no comparativo do parâmetro atingido em 2014, em relação ao mesmo período de 2013, ou seja, aumento de 47,1% para 51,4%, sendo divulgado anteriormente, a taxa técnica, que envolve as despesas com benefícios e indenizações, resguarda um componente importante de sensibilidade, pois uma oscilação inesperada em seu desempenho pode ocasionar reflexos nos indicadores econômicos da Entidade. Frente ao cenário apresentado, entendemos prudente, para fins do teste de sensibilidade, aplicarmos um agravio de 10% nesta taxa técnica, com vistas a verificarmos o reflexo no Resultado e no Patrimônio Líquido (Contábil e Ajustado) da Entidade em 31 de dezembro de 2014, líquido dos efeitos tributários, o qual segue demonstrado na tabela a seguir: Por R\$ 1,000

Table with columns: Premissas, Efeito no Resultado, Efeito no PLC, Efeito no PL. Rows include Incremento de 10% nas despesas c/benefícios e indenizações.

Conforme se observa acima, os indicadores contábeis testados com base nas premissas consideradas no teste de sensibilidade, em 31/12/2014, resultaram no Resultado, refletindo, consequentemente, numa redução de mesmo valor no PLC e no PLA, na data base de 31/12/2014. Esta situação não geraria reflexos relevantes em seu indicador de solvência, uma vez que a Companhia apresentou Capital Mínimo Requerido de R\$ 6,85 milhões na data base, frente a um PLA (já impactado pelo efeito do teste de sensibilidade) de R\$ 10,8

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

milhões, logo, permanecia com elevada margem de suficiência de PLA em relação ao seu CMR. Comportamento da provisão de sinistros a liquidar em anos posteriores aos anos de constituição: A tabela abaixo mostra a movimentação dos saldos desta provisão de benefícios para os planos de pecúlio: Por R\$ 1.000

Table with columns: Período, Saldo Anterior, Retidos, Exercício atual, Exercícios anteriores, Pagamentos, Exercício atual, Exercícios anteriores, Saldo final. Rows for 31/12/2011, 31/12/2012, 31/12/2013, 31/12/2014.

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos dos benefícios de pecúlio: Por R\$ 1.000

Table with columns: Período, Provisão período anterior, Até um ano mais tarde, Até dois anos mais tarde, Até três anos mais tarde, Até quatro anos mais tarde. Rows for 31/12/2011, 31/12/2012, 31/12/2013, 31/12/2014.

6. Tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados - Divulgações adicionais requeridas pela Circular SUSEP 483 de 2014. Divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos. A seguir apresenta-se um quadro com os principais parâmetros dos produtos operados pela Entidade, posicionado em 31/12/2014, exceto os planos bloqueados:

Table with columns: Produtos, Renda Mensal Diferida, Renda Pl/Invalidez - PRI, Renda Mensal Vitalícia p/morte - PE, Renda Mensal Vitalícia p/bônus - RCC, Pecúlio Série 01RS, Pecúlio Série 02RS, Pecúlio Série 03RS, Pecúlio Flexi Capitalização. Rows include AT-1949 M, AT-1983 M / IAPC, etc.

7. Provisões para Passivos Oriundos de Contratos de Seguros - Movimentação dos passivos dos planos de previdência: As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos dos passivos oriundos dos contratos de planos de previdência, demonstrando sua evolução em 31/12/2013 para 31/12/2014: Quadro com a movimentação das provisões: Por R\$ 1.000

Table with columns: Competências, PSL\*, PVR, IBNR, PIMBAC, PMBC, PDR, PCC, PPNG+RVNCE. Rows for 31/12/2013, 31/12/2014, 31/12/2014.

PSL = Ajuste de IBNER, este constituído a partir de novembro de 2014. Tabela de desenvolvimento em relação às provisões judiciais (PSL) constituídas em 31/12/2014: Discriminação das Provisões de Sinistros/Benefícios.

Table with columns: Descrição, Saldo Início do Período, Total Pago Período, Total provis. até o fechamento do exercício, anterior plus ações pagas no período, atualizado em 31/12/2014, Novas constituições no período, Novas const. referentes a cláusulas do tipo base do questionário trimestral, Quantidade de ações refer. a novas constituições no período, Alteração da prov. p/alteração de estimativas ou probabilidade, Saldo Final do Período. Rows include Saldo Início do Período, Total Pago Período, etc.

TAP - Resultados Parciais Obtidos nos fluxos de 31/12/2014: VP - Fluxos de Caixa, Provisões Técnicas em 31/12/2014, CAD (ou Ativos Intangíveis), Resultados Parciais

Table with columns: Grupo, Descrição, VP - Fluxos de Caixa, Provisões Técnicas em 31/12/2014, CAD (ou Ativos Intangíveis), Resultados Parciais. Rows include 1 - Pensão CAP - fase de acumulação, 2 - Aposentadoria - fase de acumulação, etc.

14. Detalhamento das Contas de Resultado a) Despesas Administrativas, b) Despesas Financeiras, c) Despesas Operacionais, d) Despesas de Comercialização, e) Despesas de Gestão, f) Despesas com Benefícios, g) Receitas Operacionais, h) Receitas Financeiras, i) Resultado Patrimonial, j) Resultado Não Operacional, l) Resultado Não Operacional

Table with columns: Descrição, Resultados Finais, Resultados Operacionais, Resultados Não Operacionais, Resultado Não Operacional. Rows include Despesas Administrativas, Despesas Financeiras, Despesas Operacionais, etc.

10. Tabela de desenvolvimento de provisões judiciais: Para as contingências da entidade classificadas pela Assessoria Jurídica como perdas potenciais foram constituídas provisões de acordo com os critérios e exigências adotadas pela SUSEP, e são julgadas suficientes para o caso de eventuais perdas. Estas contingências são de natureza cível e trabalhista e estão assim classificadas:

Table with columns: Contingências, Saldo Anterior, Total, Quantidade de Atos, Constituído, Alter. de Estimativa, Baixa do Provisão, Saldo Final. Rows for Contingências, Trabalhistas, Contingências, Cíveis.

11. Investimentos Relevantes: Participação na seguinte controlada: MBM Seguradora S/A (98,36 % com Capital Social de R\$ 13.218 mil. Patrimônio Líquido de R\$ 20.981 mil, resultado do exercício de 2014 de R\$ 4.976 mil e com 28.134 ações ordinárias e preferenciais. No exercício de 2014, o MBM obteve um resultado líquido na equivalência patrimonial de R\$ 4.955 mil.

12. Depósitos de Terceiros: Arrecadação de Contribuições Recebidas de 01 a 60 dias, de 61 a 90 dias, de 91 a 120 dias. Por R\$ 1.000

Table with columns: Descrição, Saldo Anterior, Total, Quantidade de Atos, Constituído, Alter. de Estimativa, Baixa do Provisão, Saldo Final. Rows for Contingências, Trabalhistas, Contingências, Cíveis.

13. Passivo Contingente: A entidade é parte passiva em processos judiciais envolvendo ações cíveis e trabalhistas. Na forma preconizada na Seção XXIII - Das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Artigo 27 do Anexo VI à Circular SUSEP nº 483/14, e com fundamento nas disposições constantes do Pronunciamento CPC nº 25, fixou-se os critérios para o reconhecimento do risco, os quais estão descritos em Nota Técnica. A estimativa do valor a fazer face às prováveis perdas futuras que não satisfazem os critérios de reconhecimento inicialmente, é pelo valor contratado. A posição dos passivos contingentes em 31/12/2014 é a seguinte:

Table with columns: Descrição, Quantidade, Estimativa. Rows include Demandas Trabalhistas, Demandas Cíveis, Demandas Sinistros, Total.

Quadro com a variação das provisões técnicas: Por R\$ 1.000

Table with columns: Provisão, 31/12/2014, 31/12/2013. Rows include PSL, PVR, IBNR, PIMBAC, PMBC, PDR, PCC, PPNG+RVNCE, POR, PC, PIC, PCP.

8. Teste de Adequação do Passivo - TAP: Em consonância com o IFRS 4 e normativas SUSEP foi elaborado o Teste de Adequação do Passivo - TAP, da MBM Previdência Privada, instituído pela Circular SUSEP nº 457/2012, cuja abrangência está vinculada aos contratos dos seus planos de previdência com riscos em vigor na data base de 31/12/2014. O resultado do TAP, trazido a valor presente na respectiva data base, tem como intuito constatar a necessidade ou não de se proceder a garantias financeiras complementares às provisões constituídas, com vistas a garantir plenamente os riscos em vigor de suas operações. Para a realização do TAP, a Entidade agrupou os contratos de acordo com as características e bases técnicas de seus planos de previdência, resultando em (Vinte) grupos, conforme abaixo: Os grupos de 1 a 17 tratam de Prêmios Registados - PR - Regime Financeiro de Capitalização - CAP; 1. Pensão / CAP - fase de acumulação; 2. Aposentadoria / CAP - fase de acumulação; 3. Pecúlio / CAP - fase de acumulação / Tábuas CSO-1958 / IGP/M; 4. Pecúlio / CAP - fase de acumulação / Tábuas CSO-1958 / TR; 5. Pecúlio / CAP - fase de acumulação / Tábuas CSO-1980; 6. Aposentadoria / CAP - fase de concessão; 7. Pensão / CAP - fase de concessão; 8. Invalidez / CAP - fase de concessão; 9. Pecúlio / CAP - fase de concessão; 10. Pecúlio / CAP - fase de concessão / Tábuas CSO-1980; 11. Pensão / RCC - eventos não ocorridos / IGP/M; 12. Pensão / RCC - eventos não ocorridos / TR; 13. Pensão / RCC - fase de concessão / IGP/M; 14. Pensão / RCC - fase de concessão / Tábuas CSO-1980 / RCC - fase de concessão / Outros; 15. Regime Financeiro de Repartição Simples - RS; 16. Pecúlio / RS - eventos não ocorridos; 17. Pecúlio / RS - eventos ocorridos. Os grupos de 18 a 20 tratam de Prêmios Futuros - PF - Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura - RC; 18. Pensão / CAP - fase de concessão / Tábuas CSO-1980; 19. Pensão / RCC - eventos não ocorridos / TR; 20. Pecúlio / RS - eventos não ocorridos. Critérios técnicos utilizados nas projeções dos fluxos:

Benefícios a pagar de grupos acima, foram estimados com base nos custos de encerramento dos fluxos utilizados, conforme a necessidade, especificamente para grupos que estejam em fase de acumulação ou cujos eventos ainda não ocorreram: Fluxo I: Benefícios a pagar de grupos acima, foram estimados com base nos custos de encerramento dos fluxos utilizados, conforme a necessidade, especificamente para grupos que estejam em fase de acumulação ou cujos eventos ainda não ocorreram: Fluxo II: Benefícios a pagar de grupos acima, foram estimados com base nos custos de encerramento dos fluxos utilizados, conforme a necessidade, especificamente para grupos que estejam em fase de acumulação ou cujos eventos ainda não ocorreram: Fluxo III: Estimativa de contribuições futuras que não estejam contidas na PPNQ constituída na data base do teste; Fluxo IV: Despesas de comercialização incidentes sobre as estimativas de contribuições futuras, constantes do Fluxo III, referentes a riscos vigentes, não considerando novas vendas; Fluxos utilizados, conforme a necessidade, para todos os grupos (fase de acumulação ou de concessão e eventos ocorridos ou não); Fluxo V: Despesas administrativas, relacionadas a riscos cujas vigências tenham se iniciado até a data base do TAP; Fluxo VI: Despesas com resgates, saldos, indenizações e excedentes financeiros decorrentes de contribuições futuras que não estejam em fluxos anteriores. Nos cálculos das estimativas correntes dos diversos fluxos de caixa, foram adotadas as seguintes premissas e bases técnicas: Tábuas Biométricas: Em seus principais grupos, foram utilizadas as tábuas GR-EM-RS de mortalidade por sexo em 2015, masculina e feminina; Taxa de juros e índice de preços: A taxa de juros livre de risco adotada neste trabalho foi disponibilizada pela SUSEP ao mercado segurador, por meio de seu site, cuja aplicação na Entidade foi realizada em consonância com os índices de preços constantes em seus respectivos contratos, ou seja, para os Grupos 1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 16, 17, 19 e 20 o ICA/FERENCIAL - TR, para os Grupos 3, 5, 10, 11, 13 e 18 o IGP/M/IGM, e para o Grupo 8 o IPCA/IBGE. Para o Grupo 15 adotou-se a taxa Pré-Fixada, tendo em vista o valor em vigor no momento da contratação dos contratos, ou seja, para os grupos oriundos de questões judiciais pendentes; Método de apuração: Do valor presente obtido em decorrência dos fluxos de caixa realizados para cada um dos agrupamentos da Entidade, foram subtraídos os saldos contábeis das provisões técnicas, em conformidade com o disposto no § 1º do artigo 8º da Circular SUSEP nº 457/2012, deduzida, se for o caso, dos Custos de Aquisição Diferidas-CAD e dos Ativos Intangíveis diretamente relacionados às respectivas provisões, gerando, a partir daí, os resultados parciais para cada tipo de operação. Após a apuração destes resultados parciais, considerando que o objetivo maior do TAP é avaliar a solvência da Entidade, fazemos a compensação dos resultados, conforme previsto na Circular mencionada, reagrupando-os pelo critério de similitude técnica - "Grupos de Compensação", cujo resultado consolidado, se positivo, deverá ser reconhecido no PCC ou em forma de ajuste na própria provisão que o originou, conforme o caso. Seguem, na tabela abaixo, os resultados dos Testes parciais realizados na data base

Table with columns: Descrição, VP - Fluxos de Caixa, Provisões Técnicas em 31/12/2014, CAD (ou Ativos Intangíveis), Resultados Parciais. Rows include 1 - Pensão CAP - fase de acumulação, 2 - Aposentadoria - fase de acumulação, etc.

Table with columns: Descrição, Resultados Finais, Resultados Operacionais, Resultados Não Operacionais, Resultado Não Operacional. Rows include Despesas Administrativas, Despesas Financeiras, Despesas Operacionais, etc.

Table with columns: Descrição, Resultados Finais, Resultados Operacionais, Resultados Não Operacionais, Resultado Não Operacional. Rows include Despesas Administrativas, Despesas Financeiras, Despesas Operacionais, etc.

Table with columns: Descrição, Resultados Finais, Resultados Operacionais, Resultados Não Operacionais, Resultado Não Operacional. Rows include Despesas Administrativas, Despesas Financeiras, Despesas Operacionais, etc.

Table with columns: Descrição, Resultados Finais, Resultados Operacionais, Resultados Não Operacionais, Resultado Não Operacional. Rows include Despesas Administrativas, Despesas Financeiras, Despesas Operacionais, etc.

Table with columns: Descrição, Resultados Finais, Resultados Operacionais, Resultados Não Operacionais, Resultado Não Operacional. Rows include Despesas Administrativas, Despesas Financeiras, Despesas Operacionais, etc.

Table with columns: Descrição, Quantidade, Estimativa. Rows include Demandas Trabalhistas, Demandas Cíveis, Demandas Sinistros, Total.

Continua »»»

MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA		NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
<b>16. Capital Adicional e Capital Mínimo Requerido:</b> De acordo com a Resolução CNSP 282 de 30/01/2013, a MBM Previdência Privada calculou os seus riscos adicionais de subscrição, crédito e operacional. Conforme o Anexo I, art. 2º o capital base para as EAPC sem fins lucrativos será igual a zero.			
<b>Capital Base</b>		<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Parcela capital adicional baseado no risco de subscrição	4.794	3.282	
Parcela capital adicional baseado no risco de crédito	3.000	2.684	
Parcela capital adicional baseado no risco operacional	46	46	
Benefício da diversificação	(985)	(791)	
<b>Capital Mínimo Requerido</b>	<b>6.855</b>	<b>5.222</b>	
<b>Patrimônio Líquido ajustado</b>	<b>12.455</b>	<b>12.983</b>	
<b>Suficiência/Insuficiência</b>	<b>5.600</b>	<b>7.761</b>	
*Em milhares de reais			
<b>17. Cobertura das Provisões Técnicas:</b> Em 31 de dezembro de 2014, os ativos vinculados à SUSEP, para garantia de Provisões Técnicas da sociedade, líquidas de Direitos Creditórios, encontram-se cobertas pelos seguintes títulos e bens, conforme a Resolução nº 3308, de 31/08/2005 e Resolução nº 3358, de 31/03/2006 do Banco Central do Brasil - BACEN e as Circulares SUSEP nº 284 de 15/02/2005 e nº 300, de 29/08/2005.			
<b>Provisões Técnicas</b>	<b>42.624</b>	<b>40.692</b>	
<b>Depósitos Judiciais</b>	<b>(2.592)</b>	<b>(1.853)</b>	
<b>Provisões para cobertura</b>	<b>40.032</b>	<b>38.839</b>	
<b>Ativos Garantidores</b>	<b>45.155</b>	<b>46.424</b>	
Depósito a Prazo - CDB	5.129	1.594	
Debênturas	13.805	15.818	
Fundos de Investimento - FIRF	3.522	3.143	
DPGE	1.000	85	
Quotas e Fundos de Investimento FIDC	4.463	3.019	
Outros Títulos Renda Variável	827	886	
Letras Financeiras - LF	14.753	11.727	
Letras Financeiras Subordinadas - LFS	907	861	
Imoveis	1.750	3.107	
<b>Suficiência</b>	<b>5.123</b>	<b>7.585</b>	
*Em milhares de reais			
<b>18. Redução ao Valor Recuperável:</b> A entidade revisa, mensalmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.			
<b>11419 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL</b>			
Valores a rec. MBM Seguradora lançados na conta 1141821			
PDD Aluguéis inadimpl. 06/2013 lançado na conta 11411	13	65	
Valor reembolso HSBC lançado na conta 1141825	43	43	
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>121</b>	
*Em milhares de reais			
<b>19. Transações com Partes Relacionadas:</b> As operações com partes relacionadas são feitas exclusivamente com a sua Controladora MBM Seguradora S/A. As principais transações são:			
<b>1. Despesas administrativas recebidas pela utilização da estrutura física e de pessoal:</b>			
Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2015.			
<b>Guacir de Llano Bueno</b>	<b>Paulo Benhur de Oliveira Costa</b>	<b>Lute Eduardo Dilli Gonçalves</b>	<b>Jorge Luiz Prestes Braga</b>
Diretor Presidente	Diretor de Controles Internos	Diretor de Previdência	Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 191.714.550-00	CPF 369.900.780-49	CPF 400.624.730-34	CPF 289.093.300-82
<b>Valesca Ongarratto Deorriste</b>	<b>Alexandre Turk de Almeida</b>	<b>ALM Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda - CIBA Nº 102</b>	
Contadora CRC/RS 079464	Atuário Responsável Técnico	CNPJ 08.614.081/0001-21	
CPF 933.291.560-15	CPF 933.291.560-15		

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Ilmos. Srs. Diretores e Conselheiros de **MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA** Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do **MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras:** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA** em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2015.

**SOARES & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES** CRCRS 4.236

**Luiz Fernando Silva Soares** Responsável Técnico Contador CRCRS 33.964

**Ricardo Schmidt** Contador CRCRS 45.160

**PARER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES**

As Administradoras da **MBM Previdência Privada** Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MBM Previdência Privada "Entidade", em 31/12/2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Responsabilidade da Administração:** A Administração da Entidade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade da Auditoria Independente:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e

dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Entidade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Entidade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Entidade em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2015.

**Eder Gerson Aguiar de Oliveira** - Atuário MBA 630  
**ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda**  
 CIBA 0087 - CNPJ 06.114.280/0001-45 -  
 Rua General Câmara, nº 236, Conj. 601 - POA/RS

1444749





**A CORAG – Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, é uma sociedade de economia mista, órgão da Administração Indireta, vinculada à Secretaria de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos.**

**Produtos e Serviços da Corag:** Diário oficial do RS, linha gráfica e editorial, impressão de dados variáveis, gerenciamento eletrônico de dados, além de várias obras publicadas dos mais diversos autores.

**A Corag é Patrimônio dos Gaúchos!**




**ADMINISTRAÇÃO E PARQUE GRÁFICO**  
 Rua Cel. Aparício Borges, 2199  
 Portão - Porto Alegre/RS  
 Contatos: 51 3288.9757 - 3288.9758  
 Fax: 51 3288.9760